

10 – Finanças Públicas

10.1 – Arrecadação e Cobrança - Resultados de 2003

De janeiro a dezembro de 2003, a arrecadação das Receitas Administradas pela SRF atingiu a cifra de R\$ 259,576 bilhões, o que representa um crescimento nominal de 11,54% e uma queda real de 2,70% (considerando-se como indexador o IPCA) em relação ao ano de 2002.

As demais receitas da União (não consideradas as receitas previdenciárias) totalizaram em 2003 cerca de R\$ 13,782 bilhões, representando um acréscimo nominal de 33,89% sobre o ano de 2002, e um crescimento real de 17,41% (calculado com base no IPCA).

ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS FEDERAIS

RECEITA	ANO	ARRECADAÇÃO (R\$ milhões)	VARIAÇÃO (%)	
			Nominal	Real (IPCA)
RECEITA ADMINISTRADA	2002	232.711	-	-
	2003	259.576	11,54	(2,70)
DEMAIS RECEITAS	2002	10.294	-	-
	2003	13.782	33,89	17,41
TOTAL	2002	243.005	-	-
	2003	273.358	12,49	(1,85)

Fonte: SRF/Copat

A queda, em termos reais, da arrecadação da Receita Administrada pela SRF em 2003 relativamente ao ano anterior se explica, sobretudo, pela ocorrência de arrecadações extras significativas em 2002, especialmente as decorrentes de medidas legais editadas com o objetivo de estimular o pagamento e facilitar a cobrança dos débitos em atraso – na maioria dos casos sem contrapartida no ano de 2003. Tais medidas produziram em 2002 uma arrecadação extra/atípica da ordem de R\$ 18,486 bilhões (em valores correntes), enquanto, em 2003, as receitas atípicas alcançaram o montante de R\$ 7,887 bilhões.

Em que pese a sua queda em termos reais, a arrecadação da Receita Administrada pela SRF em 2003 ultrapassou em cerca de 2,5% o valor (de R\$ 253,262 bilhões) previsto pelo Executivo Federal no início do exercício e incorporado ao Decreto nº 4.591, de 23/01/03. Ressalte-se que tal desempenho se deu em condições macroeconômicas bem menos favoráveis à arrecadação de tributos que as consideradas por ocasião da edição do referido Decreto, notadamente no que diz respeito aos parâmetros de evolução do PIB e de câmbio então utilizados.

Na tabela abaixo, faz-se uma comparação entre a previsão original de arrecadação da Receita Administrada (Decreto nº 4.591/03) – projetada com base na evolução esperada dos parâmetros macroeconômicos nacionais, estabelecida em 20/01/03 pela Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda, – e a arrecadação que se poderia esperar à época caso, para o mesmo conjunto de parâmetros macroeconômicos, tivessem sido adotados os valores revistos/atualizados em 05/12/03:

PROJEÇÃO DE ARRECADAÇÃO DA RECEITA ADMINISTRADA PELA SRF – ANO 2003

PARÂMETROS	COMPORTAMENTOS ESPERADOS (VARIAÇÃO %)	
	Previstos em 23/01/03	Revistos em 05/12/03
Índice de Evolução Nominal da Receita (IER)	18,44	18,34
Produto Interno Bruto (PIB)	2,80	0,19
Taxa de câmbio	10,88	5,45
Valor das importações	4,93	0,90
Bebidas (vendas)	2,81	(7,38)
Fumo (vendas)	2,73	(7,19)
Veículos (vendas)	10,00	(4,21)
Massa salarial	12,49	9,07
PREVISÃO DA RECEITA ADMINISTRADA	R\$ 253.262 milhões	R\$ 245.069 milhões

Fonte: SRF/Copat

O excedente de arrecadação verificado em 2003 foi fundamental para o equilíbrio geral das contas públicas e representou uma parcela importante do superávit primário realizado pela União. Representou ainda um maior aporte de receitas para os demais entes da Federação (Estados e Municípios), via transferências constitucionais de receitas.

Na área aduaneira, a Receita Federal foi responsável em 2003 pelo desembaraço de cerca de 1,05 milhões de Declarações de Importação (DI) e aproximadamente 1,08 milhões de Declarações de Despacho de Exportação (DDE). A essas declarações corresponderam cerca de 128,5 milhões de toneladas de produtos importados, no valor total FOB de US\$ 48.253 milhões, e 320,7 milhões de toneladas de produtos exportados, no valor total FOB de US\$ 73.084 milhões – conforme discriminado nas tabelas a seguir:

VOLUME DE IMPORTAÇÕES PROCESSADAS EM 2003

Canal de Conferência	Quantidade de DI Desembaraçadas	Peso Líquido (toneladas)	Valor da mercadoria (FOB – em US\$)	Percentual do valor FOB por canal
Verde	714.728	6.694.152	21.969.946.672	45,5%
Amarelo	157.152	108.506.877	18.326.991.442	38,0%
Vermelho	175.956	13.187.824	7.839.635.274	16,2%
Cinza	3.544	69.745	116.427.977	0,3%
Total	1.051.380	128.458.598	48.253.001.366	100,0%

Fonte: SRF/Coana - DW/SISCOMEX

VOLUME DE EXPORTAÇÕES PROCESSADAS EM 2003

Canal de Conferência	Quantidade de DDE Desembaraçadas	Peso Líquido (toneladas)	Valor da mercadorias (FOB – em US\$)	Percentual do valor FOB por canal
Verde	861.763	22.854.990	34.273.937.926	46,9%
Laranja	157.240	294.994.486	33.831.341.796	46,3%
Vermelho	62.312	2.838.081	4.979.333.262	6,8%
Total	1.081.315	320.687.557	73.084.612.984	100,0%

Fonte: SRF/Coana - DW/SISCOMEX

A atuação da SRF na área do controle aduaneiro tem um reflexo relevante para a sociedade e o país, sob a forma de defesa permanente dos interesses da economia nacional e da saúde e segurança da população, pelo combate permanente ao contrabando, ao descaminho e a outras irregularidades causadoras de desequilíbrios nas condições de concorrência econômica ou de riscos à população.

10.2 – Análise da Programação e Execução Financeira do Tesouro Nacional

10.2.1 – O Ordenamento Jurídico do Sistema de Programação Financeira

O Sistema de Administração Financeira Federal regulamentado pelo Decreto nº 3.590, de 06.09.2000, visa ao equilíbrio econômico-financeiro do Governo Federal, dentro dos limites da receita e despesa públicas, e compreende entre suas atividades a programação financeira da União.

Cabe à Secretaria do Tesouro Nacional o papel de órgão central do referido sistema, e às unidades de programação financeira dos Ministérios, da Advocacia-Geral da União, da Vice-Presidência e da Casa Civil da Presidência da República e órgãos equivalentes dos Poderes Legislativo e Judiciário, o papel de órgãos setoriais.

Conforme dispõe o § 1º do art. 3º do Decreto nº 3.590/2000, as atividades de programação financeira compreendem a formulação de diretrizes para descentralização de recursos financeiros aos órgãos setoriais de programação financeira e destes para as unidades gestoras sob sua jurisdição e a gestão da Conta Única do Tesouro Nacional, objetivando assegurar às unidades gestoras, no limite da programação financeira aprovada, disponibilidade de recursos para execução de seus programas de trabalho, bem como manter o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada.

Compete ao órgão central, entre outras atribuições, zelar pelo equilíbrio financeiro do Tesouro Nacional; elaborar e executar a programação financeira da União; gerenciar a Conta Única; subsidiar a formulação da política de financiamento da despesa pública; exercer as atividades de orientação, acompanhamento e gestão de haveres e responsabilidades da União; e editar normas sobre a programação financeira e a execução orçamentária e financeira. Compete aos órgãos setoriais a elaboração da programação financeira dos órgãos e entidades vinculadas, bem como a coordenação, orientação e acompanhamento das atividades de programação e execução dos mesmos.

A Lei Complementar nº 4.320, de 17.03.1964, estabelece as normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

A Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, estabeleceu normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, mediante cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas; obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita; geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras; dívidas consolidada e mobiliária; operações de crédito, inclusive por antecipação de receita; concessão de garantia; e despesas de restos a pagar.

As leis de diretrizes orçamentárias estabelecem as regras para a elaboração do orçamento, e as leis orçamentárias anuais viabilizam a realização anual dos programas constantes do PPA, mediante a quantificação das metas e a alocação de recursos para as ações orçamentárias.

O Decreto nº 825, de 28.05.1993, define as diretrizes para a programação e execução orçamentária e financeira dos orçamentos fiscal e da seguridade social e estabelece como prioridade os pagamentos de despesas na seguinte ordem:

- I. Pessoal e encargos sociais;
- II. Aposentadorias e pensões da Previdência Social;
- III. Serviço da dívida pública federal; e
- IV. Contrapartida de empréstimos externos.

Objetivando compatibilizar a realização da receita e a execução da despesa com as metas de resultado primário estabelecidas na Lei nº 10.524, de 25.07.2002 (Lei de Diretrizes Orçamentárias 2003), foram definidos limites para a movimentação e empenho e de pagamento dos grupos “outras despesas correntes”, “investimento” e “investimentos financeiros” dos órgãos do Poder Executivo e respectivos restos a pagar de exercícios anteriores.

A inscrição de valores em Restos a Pagar do exercício de 2003, observado o contido no art. 68 do Decreto nº 93.872, de 23.12.1986, esteve disciplinada pelos Decretos nº 4.949, de 07.01.2003, nº 4.936, de 23.12.2003 e nº 4.900, de 26.12.2003.

10.2.2 – Os Instrumentos de Programação e Execução Orçamentária e Financeira

No início do exercício de 2003, foi publicado o Decreto nº 4.571, de 14.01.2003, com o objetivo de disciplinar, em caráter provisório, a Execução Financeira dos órgãos, dos fundos e das entidades do Poder Executivo até a publicação do cronograma anual de desembolso, cujo prazo previsto no art. 8º da Lei nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) é de até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual (Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003). Dessa forma, o Decreto nº 4.571, de 14.01.2003 estabeleceu restrição ao empenho de despesas de custeio e investimento e fixou limites de pagamento exclusivamente para o mês de janeiro de 2003.

O cronograma anual de desembolso nos termos do art. 8º da Lei Complementar 101/2000 -LRF foi estabelecido por intermédio do Decreto nº 4.591, de 10.02.2003, cujas principais características foram as seguintes:

- a execução das despesas de custeio e investimento dos órgãos, fundos e entidades do Poder Executivo, constantes da Lei Orçamentária Anual, foi limitada, visando adequar o nível da despesa do exercício às metas de resultado fiscal estabelecidas;
- os limites para execução orçamentária (empenho) e financeira (pagamento) foram fixados em valores equivalentes;
- os limites englobaram as fontes de recursos do Tesouro Nacional e próprias dos órgãos do Poder Executivo do Governo Federal;
- os anexos financeiros distinguiram os recursos de fontes financeiras das não-financeiras, visando propiciar um melhor gerenciamento das prioridades setoriais no que diz respeito às operações de crédito e à qualidade do superávit primário;
- foi mantido um anexo específico para as ações do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza (Anexo VII).

Ao longo do exercício de 2003, foram efetuados vários ajustes nos limites de movimentação e empenho e de pagamento dos diversos órgãos do Poder Executivo. Os referidos ajustes foram efetivados no intuito de evitar prejuízos ao desenvolvimento das ações prioritárias do Governo, sem, contudo, comprometer as metas fiscais, e tendo em vista as necessidades e peculiaridades de cada órgão. Para esse fim foram editados decretos, portarias interministeriais e portarias dos Ministros da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

10.2.3 – A Execução Financeira

A atuação do Tesouro Nacional esteve voltada para os aspectos relacionados ao planejamento da ação do Governo Federal na área financeira, com o desenvolvimento de novas rotinas necessárias tanto para execução segura e eficaz das decisões adotadas, com o aperfeiçoamento da própria execução da Programação Financeira do Tesouro Nacional.

A execução financeira do Tesouro Nacional, incluindo o pagamento de juros, apresentou no exercício de 2003, superávit nominal de caixa da ordem de R\$ 3,2 bilhões, resultante do ingresso de receitas no montante de R\$ 370,9 bilhões e de desembolsos de R\$ 367,7 bilhões. Foram excluídas, na apuração deste resultado, as emissões e os resgates de títulos da dívida mobiliária federal junto ao mercado, as receitas decorrentes da renegociação da dívida externa, gastos com a amortização das dívidas contratuais interna e externa, despesas com aquisição de garantias referentes ao refinanciamento dos débitos externos, assim como receitas e despesas provenientes do relacionamento entre o Tesouro Nacional e o Banco Central, cujo resultado foi superavitário em R\$ 35,0 bilhões.

Tabela 10.4
EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOIRO NACIONAL

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	JAN - DEZ/2002	JAN - DEZ/2003
FLUXO FISCAL		
I. RECEITAS	328.255,3	370.915,9
I.1 - Recolhimento Bruto	236.652,7	267.376,3
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	-249,3	-190,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	11.175,8	13.403,3
I.4 - Receita das Operações de Crédito	2.283,1	1.408,4
I.5 - Receita do Salário Educação	1.716,8	1.934,9
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	76.625,2	86.860,9
I.7 - Remuneração de Disponibilidades - BB	51,0	116,1
I.8 - Doações para Combate à Fome	-	6,2
II. DESPESAS	338.009,5	367.665,0
II.1 - Liberações Vinculadas	65.606,7	72.611,6
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	47.421,8	49.229,3
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	4.284,8	6.124,1
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	3.952,6	3.900,0
II.1.4 - Outras Vinculações	9.947,4	13.358,1
II.2 - Liberações Ordinárias	272.402,9	295.053,4
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	72.875,1	78.196,7
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	19.655,2	29.177,1
i) Dívida Contratual Interna	2.242,3	3.872,2
ii) Dívida Contratual Externa	17.412,9	25.304,9
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	27.006,9	23.740,4
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	90.696,5	107.945,6
II.2.5 - Custeio e Investimento	58.376,2	51.316,9
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	3.793,1	4.676,7
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOIRO (I - II)	-9.754,2	3.250,9
FLUXO DE FINANCIAMENTO		
IV. RECEITAS	210.803,0	352.879,1
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	199.014,9	336.555,5
IV.2 - Outras Operações de Crédito	11.788,1	16.323,6
V. DESPESAS	213.002,8	278.725,6
V.1 - Resgate de Títulos - Mercado	196.138,7	240.095,5
V.2 - Amortização da Dívida Contratual	16.864,0	38.630,0
V.2.1 - Dívida Interna	2.345,5	2.954,4
V.2.2 - Dívida Externa	14.518,5	35.675,6
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	2.876,2	96.459,9
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOIRO/BACEN	13.197,7	-42.368,5
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV - V + VII)	1.243,7	35.035,9

Fonte: MF/ STN

10.2.4 – Execução da Programação Financeira de Desembolso, por órgão

A programação financeira de desembolso, por órgão, foi estabelecida pelo Decreto nº 4.591, de 10.02.2003. A tabela a seguir apresenta os limites financeiros por órgão fixados para o exercício de 2003.

Tabela 10.5
LIMITE FINANCEIRO PARA CUSTEIO E INVESTIMENTO POR ÓRGÃO
RELATIVO AO DECRETO Nº 4.591, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2003

R\$ mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		TOTAL GERAL				TOTAL
		ANEXO IV	ANEXO V	ANEXO VI	ANEXO VII	
20101	GAB. DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	397.082	1.865	66.444	1.675	467.066
20102	GAB. DA VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	1.982	-	-	-	1.982
20114	ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO	54.489	-	-	-	54.489
20123	GAB. MIN. EXTR. SEG. ALIM. COMBATE A FOME	679.575	-	-	221.748	901.323
22000	MIN. DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO	418.029	35.388	122.386	-	575.803
24000	MIN. DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	1.391.762	33.799	221.611	-	1.647.172
25000	MIN. DA FAZENDA	992.442	18.705	245.940	-	1.275.087
26000	MIN. DA EDUCAÇÃO	2.739.225	319.895	1.240.134	2.367.940	6.667.194
28000	MIN. DO DESENV., IND. E COMÉRCIO EXTERIOR	74.953	10.080	312.777	-	397.810
30000	MIN. DA JUSTIÇA	769.521	72.861	186.045	63.745	1.092.172
32000	MIN. DE MINAS E ENERGIA	186.562	-	122.533	28.525	340.620
33000	MIN. DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.038.296	23.047	145.979	10.423	1.217.745
35000	MIN. DAS RELAÇÕES EXTERIORES	568.566	-	148.874	-	717.440
36000	MIN. DA SAÚDE	21.994.852	447.006	844.516	268.773	23.555.147
38000	MIN. DO TRABALHO E EMPREGO	114.300	347.126	98.378	-	559.804
39000	MIN. DOS TRANSPORTES	1.160.832	289.269	65.705	-	1.515.806
41000	MIN. DAS COMUNICAÇÕES	138.665	-	188.701	-	327.366
42000	MIN. DA CULTURA	143.470	8.961	4.729	-	157.160
44000	MIN. DO MEIO AMBIENTE	241.824	29.167	59.158	16.422	346.571
47000	MIN. DO PLANEJ., ORÇAMENTO E GESTÃO	291.613	4.975	33.914	-	330.502
49000	MIN. DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	84.498	318.787	196.899	300.723	900.907
51000	MIN. DO ESPORTE	190.569	-	8.400	-	198.969
52000	MIN. DA DEFESA	2.012.916	433.640	1.223.546	-	3.670.102
53000	MIN. DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	541.079	29.747	30.111	17.070	618.007
54000	MIN. DO TURISMO	113.554	470	639	-	114.663
55000	MIN. ASSIST. PROM. SOCIAL	84.193	171	89	896.602	981.055
56000	MIN. DAS CIDADES	346.850	93.783	100.529	44.350	585.512
73101	RECURSOS SOB SUPERV. DO MIN. DA FAZENDA	131.895	-	-	-	131.895
SUBTOTAL		36.903.593	2.518.742	5.671.037	4.237.996	49.331.369
PROGRAMAÇÕES COM GERENCIAMENTO INTENSIVO		-	-	-	-	-
TOTAL		36.903.593	2.518.742	5.671.037	4.237.996	49.331.369

Anexo IV: 100, 111, 112, 114, 115, 118, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 151, 153, 155, 157, 158, 162, 166, 172, 182, 183, 185, 194, 900, 951, 981 e suas correspondentes resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

Anexo V: 146, 147, 148, 149, 164, 180, 246, 247, 249, 280, 293 e suas correspondentes resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

Anexo VI: 113, 136, 150, 168, 174, 175, 176, 181, 250, 281 e suas correspondentes resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

Anexo VII: 145, 179 e suas correspondentes resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

Fonte: SIAFI

A execução dos valores programados por órgão no exercício de 2003 é apresentada na tabela a seguir.

Tabela 10.6
DEMONSTRATIVO DOS VALORES DESEMBOLSADOS POR ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL – JANEIRO A DEZEMBRO – 2003

R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO		PESSOAL	CUSTEIO E INVESTIMENTO	TOTAL
01000	CAMARA DOS DEPUTADOS	1.583.283	426.010	2.009.293
02000	SENADO FEDERAL	1.355.676	278.641	1.634.317
03000	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO	570.876	72.060	642.936
10000	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	139.526	63.312	202.838
11000	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	304.089	73.068	377.157
12000	JUSTICA FEDERAL	2.587.609	2.447.075	5.034.684
13000	JUSTICA MILITAR	145.137	17.194	162.332
14000	JUSTICA ELEITORAL	1.218.160	422.909	1.641.069
15000	JUSTICA DO TRABALHO	5.020.660	516.230	5.536.890
16000	JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS	548.522	76.467	624.988
20101	GABINETE DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA	330.493	1.063.735	1.394.227
20102	GABINETE DA VICE-PRESIDENCIA DA REPUBLICA	1.801	1.948	3.749
20113	MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO	1.060.590	470.763	1.531.353
20114	ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO	159.036	55.472	214.508
22000	MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	1.724.218	1.743.196	3.467.414
24000	MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA	665.452	1.812.016	2.477.469
25000	MINISTERIO DA FAZENDA	10.965.807	59.133.311	70.099.118
26000	MINISTERIO DA EDUCACAO	9.221.343	10.862.501	20.083.844
28000	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, IND. E COMERCIO	155.875	733.695	889.570
30000	MINISTERIO DA JUSTICA	2.643.148	959.380	3.602.528
32000	MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	237.502	8.126.473	8.363.975
33000	MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	4.830.378	111.907.100	116.737.479
34000	MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	1.257.656	198.991	1.456.646
35000	MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	562.009	703.073	1.265.083
36000	MINISTERIO DA SAUDE	5.897.063	22.656.606	28.553.670
38000	MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	1.075.621	16.097.698	17.173.319
39000	MINISTERIO DOS TRANSPORTES	1.539.081	2.686.907	4.225.988
41000	MINISTERIO DAS COMUNICACOES	659.191	320.009	979.200
42000	MINISTERIO DA CULTURA	132.375	127.304	259.679
44000	MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	422.975	376.765	799.740
49000	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	382.011	1.160.562	1.542.573
51000	MINISTERIO DO ESPORTE	8.606	139.252	147.858
52000	MINISTERIO DA DEFESA	21.112.280	3.831.879	24.944.159
53000	MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	367.714	3.586.477	3.954.191
54000	MINISTERIO DO TURISMO	20.113	100.910	121.024
55000	MINISTERIO DA ASSISTENCIA SOCIAL	2.010	938.069	940.078
56000	MINISTERIO DAS CIDADES	185.624	577.778	763.402
TOTAL		79.093.510	254.764.836	333.858.346

Fonte: MF/STN/COFIN

Obs.: - Inclui recursos de todas as fontes;

- Inclui transferências constitucionais e legais para estados e municípios e pagamentos de benefícios previdenciários.

10.2.5 - Limite de Inscrição de Restos a Pagar

A inscrição dos valores de Restos a Pagar dos órgãos do Poder Executivo, de que trata o art. 42 da Lei Complementar nº 101, de 05 de maio de 2000, é efetuada a partir da disponibilidade global do Poder Executivo. Dessa forma, para apuração dos valores a serem inscritos, além do saldo da conta de disponibilidade por fonte (19329.02.00) do órgão central do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal, considera-se também a soma dos saldos das seguintes contas de cada órgão: limite de saque com vinculação de pagamento (11216.04.00), limite de saque com vinculação para o INSS (11216.13.00), limite de saque para empenho contra entrega (11216.14.00) e limite de saque recursos da dívida pública (11216.17.00). Ressalte-se que, no caso do Poder Executivo, o cumprimento do disposto no art. 42 será verificado no exercício de 2006.

10.2.6 – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF

A Emenda Constitucional nº 12, de 15.08.1996 outorgou competência à União para instituir contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos de natureza financeira. Assim, por intermédio da Lei nº 9.311, de 24.10.1996, foi criada a Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira – CPMF, para vigorar por dois anos.

O produto da arrecadação da referida contribuição foi destinado inicialmente ao Fundo Nacional de Saúde, para financiamento das ações e serviços de saúde, sendo que sua entrega obedecia aos prazos e condições estabelecidos para as transferências de que trata o art. 159 da Constituição. A Lei nº 9.539, de 12.12.1997 ampliou o prazo de vigência da CPMF por vinte e quatro meses, contado a partir de 23 de janeiro de 1997.

A alíquota de contribuição estabelecida em vinte centésimos por cento foi alterada para trinta e oito centésimos por cento pela Emenda Constitucional nº 21, de 18.03.1999, que também prorrogou o prazo de vigência por mais vinte e quatro meses e destinou a parcela decorrente dessa alteração da alíquota, nos exercícios de 1999, 2000 e 2001, ao custeio da previdência social.

A alíquota de trinta e oito centésimos por cento vigorou até junho de 2000, passando em seguida para trinta centésimos por cento. A Emenda Constitucional nº 31, de 14.12.2000, (publicada no D.O de 18.12.2000), elevou a alíquota novamente para trinta e oito centésimos por cento, destinando a parcela adicional de oito centésimos por cento ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, cujos efeitos ocorreram noventa dias após a publicação da Emenda Constitucional citada.

Do valor total da arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), a legislação previu a destinação de parcela ao Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) nos exercícios de 1997 a 1999 e, posteriormente, a desvinculação de receitas da União (DRU) nos exercícios seguintes, em ambos os casos no percentual de 20%. Os valores desvinculados foram consignados nos gastos previstos em Lei.

A Emenda Constitucional nº 37, de 12.06.2002, que altera os arts. 100 e 156 da Constituição Federal e acrescenta os arts. 84, 85, 86, 87 e 88 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, prorrogou até 31 de dezembro de 2004 a vigência da CPMF, mantendo a alíquota de trinta e oito centésimos nos exercícios de 2002 e 2003 e alterando para oito centésimos por cento no exercício financeiro de 2004, quando será integralmente destinada ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

A Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003, no art. 3º, prorrogou até 31 de dezembro de 2007 o prazo de cobrança da CPMF, bem como manteve a alíquota de trinta e oito centésimos por cento para o mesmo período.

O Decreto nº 4.296, de 10.07.2002 disciplinou a não-incidência da CPMF nas hipóteses de que trata o art. 85 do Ato das Disposições Transitórias, com efeitos a partir de 13 de julho de 2002. Dessa forma, a CPMF passou a não incidir nos lançamentos em contas correntes de depósito, especialmente abertas e exclusivamente utilizadas para operações de:

- câmaras e prestadoras de serviços de compensação e de liquidação de que trata o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 10.214, de 27.03.2001, em operações relativas à transferência de fundos, de títulos, de valores mobiliários e de outros ativos financeiros, inclusive moedas estrangeiras ou documentos representativos dessas moedas; e
- companhias securitizadoras de que trata a Lei nº 9.514, de 20.11.1997, e sociedades anônimas que tenham por objeto exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações praticadas no mercado financeiro, em operações relativas à:
 - a) captação de recursos por meio de emissão de títulos e valores mobiliários;
 - b) resgates, recompras e outras obrigações decorrentes da emissão de que trata a alínea “a”;
 - c) cessão e aquisição de direitos de crédito; e
 - d) aplicação de recursos nos mercados de renda fixa e de renda variável.

Além dessas operações, a CPMF não incide:

I – nos lançamentos em contas correntes de depósitos relativos a operações com ações, realizadas em recintos ou sistemas de negociação de bolsas de valores e no mercado de balcão organizado;

II – nos lançamentos em contas correntes de depósitos relativos a contratos referenciados em ações ou índices de ações, em suas diversas modalidades, negociados em bolsas de valores, de mercadorias e de futuros; e

II – nos lançamentos em contas de investidores estrangeiros, relativos à entrada no País e a remessas para o exterior de recursos financeiros empregados, exclusivamente, em operações e contratos referidos nos incisos I e II.

No exercício de 2003, a arrecadação da CPMF alcançou o montante de R\$23,0 bilhões, tendo sido destinada da seguinte forma: parcela de R\$3,6 bilhões desvinculada nos termos da Emenda Constitucional nº 27, de 21.03.2000; R\$ 9,7 bilhões destinados ao Fundo Nacional de Saúde; R\$ 4,8 bilhões ao custeio da previdência social e R\$ 4,8 bilhões ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Tabela 10.7
DEMONSTRATIVO DOS VALORES ARRECADADOS DA CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA
SOBRE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA – CPMF NO EXERCÍCIO DE 2003

	R\$ mil
VALORES ARRECADADOS EM 2003	23.002.780
Parcela desvinculada nos termos da EC nº 27/2000 – DRU – Fonte 100	3.632.019
Parcela destinada ao Fundo Nacional de Saúde – Fonte 155	9.685.381
Parcela destinada ao Custeio da Previdência Social – Fonte 155	4.842.690
Parcela destinada ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza – Fonte 179 (1)	4.842.690

Fonte: Siafi (Boletim Decendial do Tesouro Nacional)

(1) Não incide a DRU.

A execução da fonte 155 – Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira - CPMF, e sua correspondente incorporação de saldo de exercício anterior no âmbito do Fundo Nacional de Saúde e do custeio da previdência social, apresentou a seguinte destinação por programa no exercício de 2003:

Tabela 10.8
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA FONTE 155
CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA SOBRE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA
E SUA CORRESPONDENTE INCORPORAÇÃO DE SALDO DE EXERCÍCIO ANTERIOR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL – JANEIRO A DEZEMBRO - 2003

	R\$mil
FUNÇÃO/PROGRAMA	VALOR
1. Previdência Social	4.999.596
1.1. Previdência Social Básica	4.999.596
2. Saúde	9.811.105
2.1. Saúde da Família	1.807.744
2.2. Prevenção e Controle de Doenças Transmitidas por Vetores	314.190
2.3. Prevenção, Controle e Assistência aos Portadores de Doenças	5.230
2.4. Qualidade e Eficiência do SUS	151.717
2.5. Assistência Farmacêutica	90.675
2.6. Profissionalização da Enfermagem	67.358
2.7. Vigilância Sanitária de Produtos e Serviços	32.017
2.8. Prevenção e Controle do Câncer e Assistência Oncológica	12.758
2.9. Gestão da Política de Saúde	18
2.10. Prevenção e Controle das Doenças Crônico-Degenerativas	29.904
2.11. Saúde Mental	80
2.12. Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar	7.299.302
2.13. Saúde do Jovem	64
2.14. Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência	48
TOTAL	14.810.701

Fonte: SIAFI Gerencial

10.2.7 – Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza

Criado pelo art. 79 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para vigorar até o ano de 2010, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza foi regulamentado pela Lei Complementar nº 111, de 06.07.2001, e seus recursos são destinados a ações suplementares de nutrição, habitação, saúde, educação, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social, voltados para a melhoria da qualidade de vida.

A Lei nº 10.640, de 14.01.2003, e seus créditos adicionais, autorizou a realização de despesas à conta da arrecadação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza até o montante de R\$ 5,0 bilhões, tendo sido executado 80,46 % desse valor, correspondente à R\$ 4,0 bilhões, conforme demonstrado na tabela seguinte.

Tabela 10.9
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA FONTE 179 – RECURSOS DO FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA E SUA CORRESPONDENTE INCORPORAÇÃO DE SALDO DE EXERCÍCIO ANTERIOR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL – JANEIRO A DEZEMBRO - 2003

R\$ mil	
FUNÇÃO/PROGRAMA	VALOR
1. Essencial à Justiça	4.829
1.1 - Assistência Jurídica Integral e Gratuita	4.829
2. Administração	115.317
2.1 - Comunidade Ativa	115.317
3. Segurança Pública	790
3.1 - Defesa Civil	790
4. Assistência Social	1.112.992
4.1 - Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência	76.225
4.2 - Valorização e Saúde do Idoso	35.809
4.3 - Atenção à Criança	244.479
4.4 - Erradicação do Trabalho Infantil	474.693
4.5 - Brasil Jovem	64.970
4.6 - Comunidade Ativa	192.648
4.7 - Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	8.672
4.8 - Direitos Humanos, Direito de Todos	10.995
4.9 - Segurança do Cidadão	4.500
5. Educação	2.330.994
5.1- Toda Criança na Escola	2.233.361
5.2 - Educação de Jovens e Adultos	97.633
6. Direitos da Cidadania	60.428
6.1 - Etnodesenvolvimento das Sociedades Indígenas	28.728
6.2 - Território e Cultura Indígenas	30.000
6.3. - Direitos Humanos, Direitos de Todos	1.700
7. Urbanismo	39.888
7.1 Nosso Bairro	39.888
8. Habitação	78.039
8.1 - Morar Melhor	78.039
9. Saneamento	2.090
9.1 Saneamento e vida	1.936
9.2 Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos	154
10. Gestão Ambiental	16.724
10.1 - Despoluição de Bacias Hidrográficas	16.724
11. Agricultura	105.471
11.1 - Agricultura Familiar – PRONAF	105.471
12. Organização Agrária	142.392
12.1 - Educação de Jovens e Adultos	9.576
12.2 - Novo Mundo Rural: Assentamento de Trabalhadores Rurais	132.816
13. Energia	6.677
13.1 - Energia das Pequenas Comunidades	6.677
TOTAL	4.016.631

Fonte: SIAFI Gerencial

10.2.8 – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF

O FUNDEF foi criado pela Emenda Constitucional nº 14, de 12.09.1996, para vigorar por 10 (dez) anos com o objetivo de assegurar recursos à manutenção e ao desenvolvimento do ensino fundamental, à universalização de seu atendimento e à remuneração condigna do magistério.

O fato das receitas componentes do Fundo não alcançarem o valor mínimo anual por aluno, em alguns estados, tem requerido repasses complementares federais, conforme estabelecido no art. 6º, do Decreto nº 9.424, de 24.12.1996.

Em 24.01.2003, foi editado o Decreto nº 4.580, fixando o valor mínimo anual por aluno em R\$ 446,00 para os alunos da 1ª a 4ª série e de R\$ 468,30 para os alunos da 5ª a 8ª série e Educação Especial. Este foi alterado pelo Decreto nº 4.861, de 20.10.2003 que fixou em R\$ 462,00 o valor mínimo com os seguintes valores

referenciais: para os alunos da 1ª a 4ª série o valor de R\$ 462,00 e para os da 5ª a 8ª série e Educação Especial o valor de R\$ 485,10.

O repasse complementar da União ao Fundo foi realizado de acordo com a Portaria MF nº 10, de 24.01.2003, no valor de R\$ 335.745.800 (trezentos e trinta e cinco milhões, setecentos e quarenta e cinco mil e oitocentos reais), conforme demonstrado na tabela a seguir.

Considerando os valores preliminares das receitas realizadas de 2003, chega-se a um valor total para Complementação da União de R\$ 391.023,2 mil, contra uma transferência efetiva de R\$ 335.745,8 mil, correspondendo a 85,86% do valor apurado, em cumprimento à exigência do art. 3º, parágrafo 8º, do Decreto nº 2264, de 27.06.1997.

Tabela 10.10
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS VINCULADAS AO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO - FUNDEF
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2003

R\$ mil	
RECEITAS	VALOR
1. FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS-FPE (15%)	3.382.093
2. FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS-FPM (15%)	3.257.243
3. IPI-EXPORTAÇÃO (15%)	270.526
4. RECURSOS - LEI KANDIR (15%)	611.183
5. ICMS (15%) (1)	17.319.816
SUBTOTAL	24.840.861
6. COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO	335.746
TOTAL	25.176.607

OBS: Valores sujeitos a alterações.

(1) Não inclui o Governo do Distrito Federal - GDF.

Fonte: SIAFI